

## A RESISTÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS NA POÉTICA DECOLONIAL DE EVA POTIGUARA

THE RESISTANCE OF INDIGENOUS WOMEN IN THE DECOLONIAL POETICS OF EVA POTIGUARA

Ana Clara de Sena Souza<sup>1</sup>

 Universidade Federal de Uberlândia  
 ana.souza9@ufu.br



Carlos Augusto de Melo<sup>2</sup>

 Universidade Federal de Uberlândia  
 carlosaug.melo@ufu.br



**RESUMO:** Este artigo busca compreender como a obra *Abyayala Mebyra Nhe'engara: Cânticos de uma Filha da Terra* (2022), de Eva Potiguara, articula ancestralidade, gênero e território a partir de uma perspectiva feminista decolonial. A análise concentra-se em poemas que abordam a conexão das mulheres indígenas com os elementos naturais — Fogo, Terra, Águas e Vento —, compreendidos como polos simbólicos que oscilam entre resistência e ressignificação cultural. A pesquisa é descritivo-analítica, fundamentada em uma leitura crítica interseccional e no diálogo com pensamentos decoloniais como os de Eva Potiguara, Eliane Potiguara, Elisa Pankararu, Silvia Rivera Cusicanqui, Françoise Vergès, Angela Davis, María Lugones, entre outras. A literatura de Potiguara emerge como mediadora de vozes históricas e contemporâneas, configurando um território poético onde coexistem dimensões políticas e espirituais. Por meio da poética de resistência, são construídos territórios simbólicos que entrelaçam corpos, memórias e culturas, revelando uma pauta que desafia as estruturas coloniais e patriarcais. Este estudo ressalta, assim, a literatura indígena como dispositivo crucial na luta por reconhecimento e justiça social, reforçando a centralidade das mulheres indígenas na defesa de suas comunidades e saberes ancestrais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo Decolonial; Literatura Indígena; Mulheres Indígenas, Eva Potiguara; Literatura Brasileira.

**ABSTRACT:** This article seeks to understand how the work *Abyayala Mebyra Nhe'engara: Cânticos de uma Filha da Terra* (2022), by Eva Potiguara, articulates ancestry, gender, and territory from a decolonial feminist perspective. The analysis focuses on poems that explore the connection between Indigenous women and natural elements — Fire, Earth, Waters, and Wind — understood as symbolic poles that oscillate between resistance and cultural re-signification. This is a descriptive-analytical study, grounded in an intersectional critical reading and in dialogue with decolonial thinkers such as Eva Potiguara, Eliane Potiguara, Elisa Pankararu, Silvia Rivera Cusicanqui, Françoise Vergès, Angela Davis, María Lugones, among others. Potiguara's literature emerges as a mediator of historical and contemporary voices, shaping a poetic territory where political and spiritual dimensions coexist. Through a poetics of resistance, symbolic territories are constructed that intertwine bodies, memories, and cultures, revealing an agenda that challenges colonial and patriarchal structures. This study thus highlights Indigenous literature as a crucial tool in the struggle for recognition and social justice, reinforcing the centrality of Indigenous women in the defense of their communities and ancestral knowledge.

**KEYWORDS:** Decolonial Feminism; Indigenous Literature; Indigenous Women; Eva Potiguara; Brazilian literature

REVISTA  
**Decifrar**

(ISSN: 2318-2229)

Vol. 13, Nº. 27 (Jul-Dez/2025)

### Informações sobre os autores:

1 Graduada em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL-UFU). Atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com interesse voltado principalmente para os Estudos Literários, com ênfase em Literaturas Indígenas, Feminismo Decolonial e formação de leitores.

2 Professor do Núcleo de Literatura do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGELIT) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente exerce a função de coordenador do Curso de Graduação em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Graduado em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Assis (2003). Mestrado (2006) e Doutorado (2009) em Teoria e História Literária no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisa nas seguintes linhas de pesquisa: História da Literatura, Revisão do Cânone Literário, Literatura e Memória e Identidades, Decolonialidade, Literaturas Indígenas.

 10.29281/rd.v13i27.17891

### Fluxo de trabalho

Recebido: 10/04/2025

Aceito: 27/09/2025

Publicado: 29/09/2025

Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA)

Programa de Pós-Graduação em Letras

Faculdade de Letras

Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELIP)



Este trabalho está licenciado sob uma licença:



Verificador de Plágio





## INTRODUÇÃO

Muitas mulheres que enfrentaram a escravidão, a humilhação, o racismo, dentre tantas outras injustiças, deixaram seus maiores legados para nós, mulheres de hoje: resistência, dignidade e coragem para mudar, a começar por elas mesmas (Potiguara, 2023, p. 83).

Historicamente, o papel das mulheres tem sido limitado e confinado a narrativas predefinidas que silenciam suas vozes e restringem seus movimentos, sempre marcados por estruturas patriarcais e coloniais que impuseram normas, limitações e estereótipos, relegando-as a posições de subalternidade e silenciamento. Em diversas culturas e sociedades, as mulheres enfrentaram e enfrentam obstáculos para exercer plenamente sua autonomia, ter acesso à educação, ocupar espaços de poder e participar igualmente da tomada de decisões. Esses aspectos se intensificam ainda mais nos processos entre corpos colonizados, intrinsecamente ligados à opressão de gênero, marcando profundamente a história e a estruturação das sociedades ao redor do mundo. A colonização estabeleceu relações de dominação e exploração entre colonizadores e povos colonizados, reforçando hierarquias de gênero e raça que perduram até hoje. A violência sexual e a objetificação das mulheres colonizadas eram comuns, perpetuando desigualdades que ainda influenciam as estruturas sociais contemporâneas.

Nesse sentido, sabe-se que, em resposta às desigualdades de gênero dentro das estruturas capitalistas, o feminismo liberal surgiu – enquanto movimento organizado, no final do século XVIII e início do século XIX, embora suas raízes possam ser traçadas em diversos momentos da história - focando principalmente na igualdade jurídica e no acesso a oportunidades individuais, como o direito ao voto e à educação. Conforme palavras de Eva Potiguara:

O movimento do empoderamento feminino deu seus primeiros passos com a Declaração dos “Direitos da Mulher e da Cidadã”, assinada no século XVIII pela feminista Olympe de Gouges, ativista política e abolicionista francesa. Ela manifestou os primeiros alertas sobre a autoridade masculina e a importância das mulheres e da igualdade de direitos dos gêneros (Potiguara, 2023, p. 75).

Embora tenha sido fundamental para conquistas históricas, esse feminismo falha ao ignorar as complexidades das identidades e opressões interseccionais. Ao centrar sua agenda em mulheres brancas, de classe média e privilegiadas, o feminismo liberal não atende adequadamente as pautas de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e de classe trabalhadora, cujas experiências de opressão vão além da questão de gênero e incluem também fatores de raça, classe e colonialidade.

Para a filósofa socialista Angela Davis (2018), “O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero e envolve muito mais do que o gênero”, essa ausência de uma crítica mais profunda às estruturas de poder sistêmicas e à exploração capitalista faz com que o feminismo liberal reproduza, muitas vezes, as mesmas dinâmicas de exclusão que diz combater, desconsiderando a necessidade de uma luta mais abrangente, que contemple tanto as demandas de justiça social quanto as de reconhecimento identitário. Já Elisa Pankararu (2023, n. p.) afirma que “falar em feminismo no Brasil, em todos os contextos e em todas as sociedades, é difícil, pois o termo é visto de forma preconceituosa. E nas comunidades indígenas esse termo vai ser pouco usado, por se tratar de uma palavra muito acadêmica ou dos movimentos feministas. A gente sabe que as mulheres que se dizem feministas são discriminadas, são vistas de forma pejorativa.” Françoise Vergès (2020) considera que a palavra “feminismo” se tornou parte do arsenal da direita neoliberal. Ao apropriar-se de termos e conceitos feministas de forma distorcida e oportunista, a extrema direita tem contribuído significativamente para deturpar a imagem do movimento e confundir a população.

Todos esses aspectos confluíram para a necessidade de um feminismo que inclua as pautas identitárias, juntamente com debates decoloniais. É nesse contexto que, o Feminismo Decolonial surge, buscando enfrentar as interseções entre patriarcado, colonialismo e outras formas de opressão, criticando as limitações do feminismo liberal e as perspectivas eurocêntricas que negligenciam e invalidam as lutas das mulheres negras, quilombolas e indígenas. Vergès afirma que o feminismo é uma luta pelo direito de existir, e afirma que:

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência (Vergès, 2020, p.35).

A interseccionalidade de gênero, raça e classe é central para um feminismo decolonial, como demonstra Lélia Gonzalez em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*



(2020). A professora mineira evidencia a necessidade de um movimento feminista que leve em conta as consequências da colonização nas relações sociais contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro, marcado por uma história de escravidão e extermínio de povos indígenas. Nesse sentido, as mulheres negras, indígenas e quilombolas, que vivenciam de forma interseccional as opressões de gênero, raça e classe, exigem um Feminismo Decolonial, antipatriarcal e anticapitalista que reconheça e valorize suas experiências. Como alerta a boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2021), é importante que essas práticas e discursos descolonizadores emergentes não caiam nas armadilhas de representarem novas figuras coloniais. Essa intelectual afirma que a “possibilidade de uma reforma cultural profunda em nossa sociedade depende da descolonização de nossos gestos, de nossos atos e da língua com a qual nomeamos o mundo” (Cusicanqui, 2021, p. 112).

A partir de uma perspectiva decolonial, a luta das mulheres indígenas revela de forma contundente as profundas raízes do patriarcado e do colonialismo nas desigualdades que enfrentam em seus territórios e vidas cotidianas. De acordo com Ângela Sacchi (2022, p. 183), apoiada pelos estudos de Hernández Castillo, Lorente e Prieto, é possível entender que, muitas vezes, “as demandas das mulheres indígenas, embora revelem afinidades com determinadas propostas do movimento de mulheres e do feminismo, são formuladas a partir de construções particulares (...)” em sua agenda política. Essa luta vai além da busca por direitos de igualdade de gênero, pois está diretamente ligada à sobrevivência de suas comunidades e à preservação de suas culturas.

A defesa de seus territórios, que não são apenas espaços físicos, mas também sagrados, com significados espirituais e ancestrais, coloca as mulheres indígenas em uma posição de resistência contra um sistema que historicamente privilegia a exploração e a dominação. Este sistema, enraizado no colonialismo, busca controlar não apenas suas terras, mas também seus corpos, saberes e modos de vida. Esses aspectos vêm ao encontro do pensamento de Rigoberta Mechú (ZEA, 1999, p. 17), indígena guatemalteca agraciada com o prêmio Nobel da Paz (1992), ao considerar que “hay una diferencia entre ser mujer indígena e ser mujer en general, porque si hablamos de la condición de las indígenas debemos tomar en cuenta muchos aspectos que hemos vivido tanto en la vida, en los sufrimientos, en las luchas y en las profundidades de nuestra cultura.”

Desde os tempos coloniais, quando os europeus chegaram ao território que hoje chamamos de Brasil, as mulheres indígenas foram duplamente oprimidas: por serem indígenas e por serem mulheres. Elas foram alvo de violência física, sexual e simbólica, sendo frequentemente objetificadas e estereotipadas como “selvagens” e “exóticas”. Essa violência, contudo, não se limitou ao passado. Ao longo dos séculos, essas opressões se perpetuaram e se naturalizaram, e ainda hoje as mulheres indígenas continuam a enfrentar



ataques que violam seus direitos, suas identidades e suas existências. A invisibilidade dessas violências – muitas vezes silenciadas pela sociedade majoritária – agrava ainda mais a situação, tornando as mulheres indígenas mais vulneráveis e menos amparadas diante das violações que sofrem. Eva Potiguara (2023, p. 77) confirma que as mulheres indígenas são “um número crescente, porém sua maioria é pouco conhecida e bastante silenciada. Estamos inseridas na população indígena do Brasil que é formada por 305 Povos, falantes de 274 línguas. Somos aproximadamente 900 mil pessoas, sendo mais de 500 mil mulheres.”

A luta dessas mulheres é complexa e multifacetada, pois envolve tanto a preservação de suas culturas, línguas e tradições, quanto a conquista de novos espaços de participação política e social. Conforme Eva Potiguara, trata-se de uma busca pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo” (Potiguara, 2023, p. 77).

As mulheres indígenas estão na linha de frente, protegendo seus territórios contra a invasão e exploração de grandes empresas, governos e grileiros. Muitas dessas mulheres também ocupam papéis importantes nas áreas da educação e saúde, como é o caso de algumas comunidades, como a dos Xakriabá, onde há uma predominância de mulheres trabalhando como professoras e agentes de saúde. Além disso, elas estão cada vez mais presentes em espaços acadêmicos, com muitas delas cursando universidades, rompendo barreiras e enfrentando o preconceito que ainda insiste em dizer que “o lugar da mulher indígena é na floresta” e não em instituições de ensino.

A ocupação de novos espaços não tem sido fácil., visto que as mulheres indígenas enfrentam diariamente o racismo e o machismo, tanto dentro quanto fora de suas comunidades. Elas são vistas como intrusas em espaços urbanos, nas universidades, nos órgãos governamentais, e muitas vezes são desacreditadas em suas capacidades intelectuais e profissionais. Ainda assim, elas resistem e continuam lutando para que suas vozes sejam ouvidas e, segundo Eliane Potiguara, não reproduzam “o espírito de competição e dominação segundo os moldes da sociedade contemporânea. O poder dela[s] é outro. Seu poder é o conhecimento passado através dos séculos e que está reprimido pela história”. (Potiguara, 2018, p. 46) Essas mulheres lutam pelo direito de existir em seus territórios e fora deles, exigindo o respeito por suas culturas e tradições, bem como por seus corpos, frequentemente alvo de violências que muitas vezes passam despercebidas pelo Estado e pela sociedade.

É nesse contexto que o protagonismo das mulheres indígenas se torna cada vez mais visível. Elas têm criado formas de resistência, organizando-se em movimentos sociais e participando ativamente de encontros como o Acampamento Terra Livre (ATL), onde



diversas lideranças indígenas se reúnem anualmente em Brasília para reivindicar seus direitos. Nesses encontros, mulheres como Ro'Otsitsina Xavante emergem como vozes de liderança, representando suas comunidades e demonstrando a força e a resiliência que as mulheres indígenas sempre tiveram em sua história de resistência.

Em suma, a luta das mulheres indígenas, enraizada em uma perspectiva decolonial, é uma reivindicação pela vida em todas as suas formas. Ao confrontarem um sistema de exploração e dominação, essas mulheres reafirmam seu papel como defensoras de seus povos, de seus territórios e de suas culturas, mostrando que a resistência indígena é, antes de tudo, um ato de sobrevivência. Elas, que por séculos foram silenciadas, hoje se levantam como protagonistas de uma nova história, onde suas vozes são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e inclusivo. Neste contexto de resistência e busca por visibilidade, a literatura se torna uma ferramenta poderosa para expressar e fortalecer essas vozes.

Este artigo tem como objetivo analisar como a literatura de Eva Potiguara reflete e contribui para o feminismo decolonial, com um foco especial em suas poesias presentes na obra *Abyayala Mebyra Nhe'engara: cânticos de uma Filha da Terra*. A partir das perspectivas do feminismo decolonial, será traçada a importância da literatura indígena contemporânea, incluindo as obras de Potiguara, como fundamentais na desconstrução de estereótipos e na promoção da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que denunciam injustiças e desigualdades enfrentadas pelas mulheres indígenas. Utilizando uma abordagem crítica que considera a interseccionalidade das opressões e as especificidades das realidades indígenas, a literatura indígena será analisada como uma ferramenta poderosa na luta decolonial. Essa análise oferece espaço para expressar identidades, histórias e culturas, desafiando narrativas coloniais e contribuindo para a construção de uma consciência coletiva acerca das questões indígenas e de gênero.

## 1. EVA POTIGUARA

Fui gerada por raízes profundas,  
[enterrada nas sombras das dores]  
De mulheres silenciadas.  
Elas me benzem com a luz de seus olhos  
(Potiguara, 2022, p. 09).

Eva Potiguara, originária do Brejo da Paraíba por parte dos avós Região Agreste do RN, por parte dos avós paternos, nasceu na capital potiguar. No Registro Civil brasileiro, recebe o nome de Evanir de Oliveira Pinheiro. Ela pertence ao povo Potiguara da Aldeia Sagi Jacu. O processo de retomada identitária de Eva Potiguara começou quando ela tinha 24 anos, durante uma visita a aldeias indígenas Potiguaras na Baía da Traição. Apesar de ter crescido em um contexto urbano e sem consciência



de sua ancestralidade indígena, esse encontro gerou um forte senso de pertencimento. A partir desse momento, Eva passou a investigar sua ascendência, realizando perguntas à família e pesquisando documentos históricos. Ela descobriu suas raízes indígenas tanto pelo lado materno quanto paterno. Esse processo foi marcado por rupturas pessoais e sociais, exigindo dela um posicionamento político e cultural cada vez mais firme à medida que assumia publicamente sua identidade como mulher indígena em honra aos seus ancestrais silenciados.

Como ativista e militante das causas indígenas, a retomada identitária de Eva Potiguara foi um processo complexo e doloroso. Apesar de ter nascido na capital potiguar, a autora demorou a ter contato com sua ancestralidade devido ao silêncio imposto às gerações anteriores. Com o tempo, através de pesquisas e conversas com familiares mais velhos, ela foi reconstruindo sua história e fortalecendo sua conexão com os povos indígenas. Essa jornada exigiu dela posicionamentos políticos e culturais cada vez mais firmes, o que a expôs a diversas violências que se intensificaram à medida que ela se recusava a aceitar narrativas coloniais e eurocêntricas sobre a história e a cultura dos povos indígenas. Em entrevista a *Amazônia Latitude*, Eva Potiguara relata:

Quando veio a pandemia em 2020, nós tivemos muitas dificuldades de produtividade e as mulheres indígenas mais ainda. Só que uma coisa que sempre nos perseguiu é a injúria racial. E foi algo que nos afetou mais ainda na pandemia. Porque nós começamos a fazer lives. Então muitas mulheres que se autodeclaravam indígenas começaram a ser mais perseguidas ainda. Por quê? Porque a visibilidade passou a ser maior no campo virtual do que no campo presencial. E eu fui uma dessas mulheres. Numa discussão num grupo de poetas, eu disse que eu era indígena e era uma escritora que pesquisava os percursos da minha família. E a partir disso eu comecei a ser bastante atacada e fui muito atacada nas redes sociais por um desses escritores do Rio Grande do Norte. A partir daí, se tornou uma coisa tão terrível que eu comecei a ser cancelada por alguns movimentos feministas. Porque esse escritor e outro junto com ele eram responsáveis por um site de artigos, e os artigos eram bem pesados, artigos às vezes muito cheios de discurso de ódio, de misoginia e bastante racismo. Eu fui muito explorada de todas as formas nesse site (Potiguara, 2023, n.p.).

Contudo, foi nos seus ancestrais que encontrou a força e a inspiração para seguir em frente. A literatura, em particular, desempenhou um papel fundamental nesse processo de ressignificação e resistência. Reerguida, ela continuou sua missão de resistência, atuando no ensino superior e dedicando-se à pesquisa sobre povos indígenas.

Eva Potiguara iniciou seu contato com a literatura aos oito anos de idade, escrevendo e ilustrando histórias em quadrinhos, prática que continuou até os dezesseis anos. Apesar de ainda não ter consciência de sua ancestralidade indígena nesse período,



a escrita já fazia parte de sua vida. Com o passar dos anos, esse vínculo se fortaleceu à medida que ela começou a explorar sua própria identidade. A descoberta de suas raízes indígenas influenciou profundamente sua relação com a literatura. Após uma visita às aldeias potiguaras, onde experimentou um sentimento de pertencimento, Eva começou a investigar sua história familiar e a incorporar essa vivência em sua produção literária. Sua escrita passou a refletir sua busca por identidade e a sensibilidade que sentia em relação à sua ancestralidade emergiu de forma visceral em seus textos.

A autora possui uma sólida formação acadêmica, tendo obtido seu doutorado em Educação na UFRN, em 2011, com a tese intitulada *Dançando com Gatos e Pássaros: O Movimento Ecosistêmico da Ludopoiese na Educação Infantil* com foco na intersecção entre educação infantil e práticas lúdicas. Anteriormente, completou seu mestrado em Educação na mesma instituição, em 2006, com o trabalho *A Dimensão Social do Desenho: Um Estudo sobre as Interações no Processo de Construção Imagética da Criança no Ensino Fundamental*, orientado por Dr<sup>a</sup> Márcia Gurgel Ribeiro. Sua trajetória acadêmica começou com a graduação em Educação Artística, também na UFRN, entre 1987 e 1990, fundamentando sua atuação na área de artes e educação.

Atualmente, Eva Potiguara atua no Ensino Superior, lecionando no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP/RN), onde é professora formadora e titular desde 2012. Ela também exerce a função de professora titular na Escola Estadual Isabel Gondim (EEIG/SEC-RN) desde 2013. Além disso, é professora substituta no Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com vínculo desde 2012, contribuindo para a formação e desenvolvimento de estudos no campo das artes, com ênfase em pesquisas sobre povos indígenas, literatura, poesia, arte audiovisual, ilustração e produção cultural. Ela é articuladora do Mulherio das Letras Indígenas, onde honra suas parentes com orgulho e gratidão. Busca dar visibilidade à produção literária de mais de 80 autoras indígenas, promovendo a valorização de suas vozes e histórias com textos em diversas línguas indígenas, abordando temas como poder, identidade, e direitos à terra.

Com 34 anos de experiência e diversos prêmios, como nas áreas de Artes, Educação e Cultura, Eva se considera uma aprendiz de seu caminho ancestral, engaja-se nas causas indígenas e ambientais. Suas publicações refletem o empoderamento feminino, o amor à Terra e a resistência dos povos originários. Ao longo de sua trajetória, recebeu diversas honrarias, como o Prêmio Jabuti 2023 na categoria Fomento à Leitura, com o projeto “Guerreiras da Ancestralidade do Mulherio das Letras Indígenas”, se tornando a primeira escritora indígena do RN a vencer o prêmio, e o Prêmio de Literatura de Mulheres Maria Carolina de Jesus. Essas são apenas algumas das muitas conquistas que demonstram seu compromisso com a retomada cultural e pela identidade dos povos indígenas.



Eva é membro ativo de diversas instituições literárias e culturais, como a União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte (UBE/RN) e a Sociedade dos Poetas Vivos e Afins (SPVA/RN). Seu engajamento se estende a coletivos que visam fortalecer a voz das mulheres, como a Associação Literária e Artística de Mulheres Potiguares (ALAMP), que promove a produção literária feminina e a visibilidade de autoras potiguares. A ALAMP, além de incentivar a criação artística, também realiza ações de conscientização sobre questões de gênero e raça, buscando construir um espaço mais justo e igualitário para as mulheres. Eva também faz parte do Mulherio Nacional, uma rede de mulheres que atua em diversas áreas, promovendo a sororidade e a luta por direitos. No Rio Grande do Norte, ela está ligada a coletivos como o Movimento Mulheres e o Nísia Floresta, que atuam em defesa dos direitos das mulheres, em especial das mulheres negras e indígenas.

Entre suas obras publicadas, destaca-se o álbum biográfico “Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas”, que apresenta a história e a contribuição de diversas mulheres indígenas para a literatura e a cultura brasileira e *Abyayala Mebyra Nhe'engara: Cânticos de uma Filha da Terra*. Neste livro, ela reúne poesias e textos que celebram a cultura indígena e a conexão com a terra. Através da poesia, Eva expressa a beleza e a riqueza das tradições nativas, promovendo uma conscientização sobre a importância da ancestralidade e da identidade cultural. Recentemente, publicou o livro *Herdeiros de Jurema*, romance de Literatura Indígena lançado na 94ª Feira de Lisboa. Segundo ela, essa obra “recebeu o Prêmio ‘Literatura de Mulheres Carolina Maria de Jesus’ do Ministério da Cultura em 2023, trata da voz de resistência dos Potiguara pela proteção das terras tradicionais, contra o domínio colonial social e político dos coronéis da cana-de-açúcar no início do século XIX” (Potiguara, 2024, n.p.).

Além de sua produção literária, Eva Potiguara é ativa nas redes sociais – Instagram (@evapotiguara), Facebook (Eva Potiguara EP Produções) e YouTube (Eva Potiguara – Escritora e Produtora Cultural) – nas quais compartilha suas obras, suas reflexões sobre a cultura indígena, suas atualizações sobre eventos literários, suas pautas e seus posicionamentos políticos. Essas plataformas não apenas promovem sua escrita, mas também engajam a comunidade em discussões sobre questões de ancestralidade e luta pelos direitos das mulheres indígenas.

Eva destaca que os indígenas do Nordeste, em processo de retomada, enfrentam dificuldades há mais de 500 anos. Os parentes aldeados lutam pela homologação de suas terras, enquanto os não aldeados buscam respeito e reconhecimento de sua identidade ancestral, frequentemente enfrentando humilhação, discriminação e perseguições, tanto no contexto rural quanto urbano. A autora aborda os desafios enfrentados pelos indígenas no Brasil:



Um dos entraves que temos enfrentado é o racismo dos estereótipos. A diversidade fenotípica dos povos originários de mais de 304 etnias necessita ser compreendida numa perspectiva histórico-social, incluindo as diferenças físicas relacionadas aos crimes de estupro e abusos seculares sofridos por nossas mulheres, especialmente no Nordeste brasileiro (Potiguara, 2022, p. 104).

Eva Potiguara aponta que sua região foi a primeira a ser explorada e massacrada no início do século XVI pelos portugueses e holandeses. A variação nas características físicas, como cabelos encaracolados, peles mais retintas ou muito claras e olhos claros, reflete as usurpações criminosas sofridas. A corporeidade indígena é constantemente confrontada pelo racismo estrutural, desigualdades sociais e injustiças seculares, que frequentemente resultam na rotulação como pardos, negros ou mestiços. Os indígenas são descendentes de mulheres silenciadas e abusadas, que enfrentaram muitas aflições para que suas raízes ancestrais persistem até o século XXI.

A autora exige respeito à diversidade, assim como reparação pelos mais de quatro séculos de racismo e apagamento, reivindicando o fim das opressões que ainda enfrentam. Sua demanda é clara: “Parem de nos matar! Chega de etnocídio! O Nordeste é Terra Indígena!” (Potiguara, 2022, p. 104). Em sua entrevista à Amazônia Latitude (2023), Eva Potiguara enfatiza a importância da visibilidade indígena na literatura, afirma que:

Eu sou escritora de dores, eu sou escritora de memórias, narrativas ancestrais, e, ao mesmo tempo, eu sou uma sobrevivente, eu sou uma mulher filha, neta, bisneta, tetraneta, quintaneta, de mulheres que foram silenciadas, usurpadas, abusadas, e hoje eu não posso me calar, minha escrita é subversiva, é uma escrita que não tem códigos padrões da literatura formal, ela tem um processo de escrevivência que está relacionado às memórias de uma espiritualidade e ancestralidade bastante violentadas. (Potiguara, 2023, n.p.)

Ela também ressalta a necessidade de um diálogo respeitoso entre culturas, no qual os indígenas não sejam vistos como meras estatísticas, mas como protagonistas de suas próprias narrativas. Potiguara frequentemente reflete sobre a resistência das mulheres indígenas, que são pilares de suas comunidades. Em seu ativismo, ela busca não apenas a reparação, mas também a construção de um futuro em que a diversidade cultural seja celebrada e respeitada, um futuro em que a dignidade e a vida de cada indígena sejam reconhecidas como parte essencial da identidade nacional, reivindicando o fim das opressões que ainda enfrentam.

Eva Potiguara vê sua literatura como parte de uma coletividade, ligada à ancestralidade e à resistência dos povos indígenas. Como destaca Eliane Potiguara



(2022, p. 7), a autora de *Abyayala Mebyra Nhe'engara* “é influenciada por escritores e poetas indígenas atuais, que reclamam a literatura por meio da prosa e da poesia. A autora carrega em sua escrita todos os ecos desses gritos e cantos gerais, condensando o movimento e encontrando uma forma de ser visibilizada.” A escrita de Eva Potiguara passou a ser uma ferramenta de denúncia das injustiças históricas sofridas por seus antepassados, carregando a dor da luta, mas também a esperança e a força da resistência. A literatura, para Eva, é um ato de reivindicação e preservação da memória e cultura indígena.

## 2 ABYAYALA MEBYRA NHE'ENGARA (2022)

Em *Abyayala Mebyra Nhe'engara: Cânticos de uma Filha da Terra*, publicado em 2022, pela editora UKA, Eva Potiguara organiza sua obra como um verdadeiro grito de resistência da Terra Mãe, cujos poemas se conectam profundamente com os elementos naturais —Fogo, Terra, Águas e Vento - em sintonia originária. Esses elementos compõem os títulos das seções (Cânticos de Fogo, Cânticos da Terra, Cânticos das Águas, Cânticos do Vento) que organizam os poemas no livro, referências a símbolos de resistência ao paradigma colonizador, os quais e, por meio de palavras enraizadas na ancestralidade, revelam o poder transformador da luta pelo empoderamento indígena.

Ao evocar a natureza em seus versos, Potiguara desperta vozes poéticas que ecoam em defesa do meio ambiente, da preservação do ecossistema, contra o desmatamento e a exploração incoerentes, sempre em diálogo com os saberes e sabedorias dos primeiros habitantes da *Abya Yala*, em um movimento de fortalecimento territorial. Ela se junta aos escritores indígenas, cujas observações, conforme palavras de Almeida e Queiroz, “revelam, em geral, a degradação do meio ambiente em razão de métodos de cultura impróprios e da superexploração dos recursos naturais, como, por exemplo, o impacto das madeireiras e mineradoras” (Almeida; Queiroz, 2004, p. 228). Os poemas de Eva Potiguara não apenas ressignificam a conexão com a mata verde e sagrada, mas também nos convidam enquanto leitoras(es) a refletir sobre nossa própria relação com os elementos da vida — fogo, terra, água e ar. Nessa interação simbólica, Potiguara convida-nos a unir nossas emoções, tristezas e alegrias à natureza, criando uma ponte íntima e coletiva com as forças naturais.

O vigor da poesia de Eva Potiguara está no amor ancestral das mulheres indígenas, manifestado em cada verso, cuja herança indígena feminina é exaltada e transmitida de geração em geração por intermédio da cânticos, danças, contação de histórias. A linguagem que utiliza transcende a estética da poética tradicional, uma vez que se alimenta de uma poderosa ferramenta de resistência e empoderamento feminino. Nesse ponto, a



obra de Potiguara se alinha perfeitamente ao feminismo decolonial, especialmente o das mulheres indígenas. As poesias em *Abyayala Mebyra Nhe'engara* expressam a luta por espaço e visibilidade, bem como reivindicam o reconhecimento de suas histórias, saberes e culturas em uma sociedade marcada por desigualdades, violência e exclusão.

Essa perspectiva feminista decolonial, presente na obra de Potiguara, destaca a importância das mulheres indígenas como guardiãs de suas comunidades e defensoras de suas culturas enfatizando, como nos lembra Gonzalez, a violência da colonização sobre mulheres negras ou indígenas (Gonzalez, 2020). Ao transformar esse posicionamento crítico em luta coletiva, em uma parceria fortalecida entre povos indígenas e não indígenas, a autora convida as(os) leitoras(es), principalmente as leitoras, a se conectarem com a natureza em busca de consciência ética em respeito às pautas humanitárias indígenas e femininas.

Por meio dessa poética de resistência, ao celebrar a natureza, Eva Potiguara transforma sua obra em um território de batalha pelo reconhecimento cultural e sobrevivência identitária dos povos originários. Ela valoriza a linha de força feminina como central na defesa dos direitos indígenas, mostrando que o movimento dessas mulheres está entrelaçado à preservação de suas culturas, de seus territórios e de seus corpos. Dessa forma, junto a outras escritoras como Eliane Potiguara, Márcia Kambeba, Graça Graúna, Sony Ferseck, Potiguara se posiciona como uma das vozes femininas essenciais da literatura indígena contemporânea para o fortalecimento da conexão entre o feminismo decolonial e as vivências ancestrais de resistência.

Essa manifestação de conexão ancestral feminina é justamente o ponto de partida para a análise mais profunda dos poemas de *Abyayala Mebyra Nhe'engara*, neste artigo. A partir das relações entre os elementos naturais e a resistência indígena, podemos observar como a obra de Eva Potiguara se transforma em um instrumento de luta, empoderamento e preservação cultural e identitário pela existência de seus parentes indígenas. Ao abordar os poemas, é possível visualizarmos como a autora se faz da poesia um exercício de expressão de seu lugar de fala, entrelaçando ancestralidade, feminismo decolonial e urgência da luta indígena contemporânea. Para análise, escolhemos os poemas “Brasas Vivas”, “Matriarcados”, “Versos Insubmissos”, “Marcha das Mulheres Indígenas” e “Corporeidade”, uma vez que esse recorte permite evidenciar a pluralidade temática e estilística da obra de Eva Potiguara. Esses textos dialogam com questões centrais como a resistência cultural, o protagonismo feminino e a corporeidade indígena, promovendo um espaço de reflexão crítica sobre a luta por direitos e a preservação da memória ancestral. Cada poema contribui para um entendimento mais profundo da relação entre identidade e território, bem como das vozes insubmissas que resistem às opressões históricas. A escolha também destaca o papel das mulheres indígenas como

matriarcas e guardiãs da sabedoria ancestral, explorando a dimensão política e espiritual de suas experiências. Assim, o recorte oferece um panorama rico e multifacetado da poesia de Potiguara, alinhado aos objetivos de um estudo decolonial.

Nos versos seguintes, do poema “Brasas Vivas”, há um grito poético que afirma a força e a resiliência das mulheres indígenas na luta contínua contra a opressão de gênero e a colonização. De maneira poderosa, a autora articula a resistência ancestral e contemporânea, reafirmando o protagonismo das mulheres indígenas na defesa de seus territórios, corpos e culturas.

### **Brasas vivas**

Não sou apenas mulher...  
Sou caco retorcido  
Que rasga a vergonha  
Dos choros recolhidos  
Em noites sem luar!  
Venho sem medo,  
Com as minhas feras,  
Com as raízes imersas,  
De novas primaveras.  
Trago meus vulcões,  
Ecos dos gritos  
Do sangue que me gerou!  
Sou fogo de brasas vivas,  
Por liberdade que destila,  
Sem medo do opressor!  
(Potiguara, 2022, p. 13)

Logo nos versos iniciais, “Não sou apenas mulher... / Sou caco retorcido”, o sujeito poético provoca a ideia de uma identidade única e limitada pelo gênero. Como afirma Baniwa, “não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades (...) é na interação com o outro não-idêntico que a identidade se constitui” (Baniwa, 2006, p. 49). Coloca-se no lugar de mulher indígena multifacetada, marcada por diversas camadas identitárias de opressão e resistência, ao dizer “caco retorcido”, uma metáfora poderosa que conjuga fragilidade e dor com a capacidade de reconstrução. Evidencia-se, portanto, o processo de resistência e superação das mulheres indígenas frente às violências históricas impostas pelo processo de colonialidade de gênero. Como afirma María Lugones, a colonialidade de gênero é uma ferramenta fundamental para entender o tipo de violência simbólica e estrutural expressa nos versos de Potiguara. Lugones expõe que o sistema colonial impôs não apenas uma hierarquia racial, mas também um sistema de gênero que desumanizou os povos colonizados, negando às mulheres indígenas a possibilidade de serem reconhecidas como “mulheres” dentro das normas coloniais. Em



vez disso, foram categorizadas como seres sub-humanos, desprovidas de subjetividade plena e relegadas a posições de extrema marginalização, habitando múltiplas dimensões: a opressão e a resistência, o sofrimento e a criação de novos sentidos (Lugones, 2014, p.935-952).

Mais adiante, ao expressar “Venho sem medo, / Com as minhas feras, / Com as raízes imersas, / De novas primaveras” o sujeito poético feminino reforça a ideia de uma resistência corajosa e conectada à ancestralidade. A mulher indígena é representada sem medo, valente, destemida, fortalecida pelas suas “feras”, índice de força interior e poder oriundos da sabedoria ancestral. Essa característica identitária retoma a “mulher selvagem” proposta pela escritora Eliane Potiguara: “Nós, mulheres dos segmentos dos povos indígenas e afrodescendentes, ainda aguentamos tanta violência porque não reforçamos a nossa mulher interna, a mulher selvagem que existe dentro de nós, a mulher primitiva, no sentido “primeiro” (Potiguara, 2018, p. 88) As “raízes imersas” remetem à ligação íntima com a terra, elemento natural feminino, no qual se criam as bases originárias para sustentá-las no movimento intrépido de renovação (“novas primaveras”) à medida que a luta não é apenas pela sobrevivência física, mas pela preservação da cultura e das tradições indígenas.

Os “ecos dos gritos” e o “sangue que me gerou” conectam a voz lírica com seus “vulcões” à sua ancestralidade, lembrando que a luta contemporânea das mulheres indígenas é herdeira de uma longa história de resistência. O sangue, nesse caso, representa a continuidade das lutas e o legado ancestral que alimenta “os vulcões” de resistência da mulher indígena contra o colonialismo e o patriarcado. O poema põe em evidência elementos sensoriais ao imprimir com veemência e densidade a temperatura dos vulcões, o som dos gritos e a cor do sangue ancestrais.

Reafirmando o papel central da resistência feminina indígena, os versos “Sou fogo de brasas vivas, / Por liberdade que destila, / Sem medo do opressor!”, a voz lírica equipara-se ao “fogo”, cujo processo de transformação encontra-se em permanente expressão de luz e calor no sentido poético mais intenso possível. Ela se anuncia no tempo presente. Faz questão de sua vivacidade, luminosidade, temperatura que, como fogo, pode incomodar, modificar estruturas e até ferir. No campo poético, esse fogo se alimenta das palavras. As “brasas vivas” figuram a chama e o calor constantes de luta ardente que nunca se apaga, mesmo quando pareça enfraquecida ou pouco evidente. A liberdade é apresentada como um processo contínuo, que se destila a partir da resistência e do enfrentamento com o opressor.

A poesia de Eva Potiguara – bem como a obra de Graça Grauna e Sony Ferseck – é marcada por denúncias profundas, “[...]mergulhadas no veneno da história; da história contada pelo colonizador” (Munduruku, 2022, p. 77), destacando as questões de raça

e as violências históricas enfrentadas pelos povos colonizados, temas centrais em seus textos. Potiguara revela, em sua obra, as cicatrizes deixadas pela colonização e pelo patriarcado, construindo uma poética decolonial, ao evidenciar as intersecções entre raça, gênero, luta pela sobrevivência cultural e social, como podemos notar no próximo poema

### **Matriarcados**

Na trincheira patriarcal,  
O racismo é canhão que nos parte,  
Nos lança fora da ordem social.  
Fomos corpos e mentes colonizados,  
Índigenas e pretos patriarcados,  
Escravizados, massacrados,  
Sem pão, sem teto...  
Mas somos matriarcados!  
Temos mãe!  
Mãe-d'água,  
Mãe terra,  
Mulher de cura,  
Mulher de guerra!  
(Potiguara, 2022, p. 49)

Eva Potiguara mergulha nas profundezas da violência colonial, revelando um sistema opressor que se estende além da força física, atingindo a mente e a cultura. Toca fundo nas práticas da colonialidade de ser e saber. Ela denuncia o genocídio, o etnocídio e o epistemicídio contra os povos indígenas. Com uma linguagem visceral, a poeta desnuda as feridas abertas pela colonização, colocando em evidência a violência sistêmica que marcou a história de indígenas e negros, ambos submetidos ao patriarcado colonial. As histórias desses povos colonizados se encontram na sua transversalidade. A conexão entre as experiências de ambos os grupos evidencia um sofrimento compartilhado que resiste à desumanização, que evoca a necessidade de lutas decoloniais. Como afirma Graça Graúna, “[...] a literatura escrita pelos povos indígenas no Brasil pede que se leiam as várias faces de sua transversalidade, a começar pela estreita relação que mantém com a literatura de tradição oral, com a história de outras nações excluídas (as nações africanas, por exemplo)” (Graúna, 2013, p. 190).

Ao afirmar “Mas somos matriarcados!”, Potiguara invoca uma força ancestral que transcende a opressão no encontro do poder das mulheres como guardiãs da cultura e da espiritualidade. A afirmação categórica no verso “Temos mãe” é um índice importante de uma história contrária ao sistema patriarcal ocidental, além disso é convidativa para se olhar por uma perspectiva mais feminina e matriarcal. A invocação da “Mãe-d'água e da Mãe Terra” fortalece os laços de sororidade entre as mulheres indígenas assurgidos na



e pela natureza, refletindo a complexidade de seus papéis. A aproximação de expressões que imprimem convergências “Mulher de cura” e “Mulher de guerra” encapsula essa complexidade, com a qual se trabalham cuidado e resistência, cura e luta, em um testemunho poderoso da força e resiliência das mulheres originárias.

É fundamental que as lutas de gênero se atrelam à luta de raça e classe, reconhecendo que essas questões interseccionais não podem ser abordadas de forma isolada, uma vez que são realidades em que há a coexistência de opressões constituídas pelas relações de classe, gênero, raça. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe é crucial para a construção de uma luta unificada que vise a emancipação de todos os grupos oprimidos. Como destaca Angela Davis (Davis, 2016, p.6) em *Mulheres, Raça e Classe*, o sistema capitalista utiliza do racismo e do sexismo como ferramentas para manter a exploração econômica e a desumanização de populações inteiras, especialmente mulheres negras e indígenas. Davis demonstra que a escravidão não apenas despojou essas mulheres de sua autonomia, mas também as posicionou em um lócus onde as opressões de gênero e raça eram inseparáveis. Elas eram forçadas a desempenhar papéis que misturavam trabalho extenuante e reprodução, sob a constante ameaça de violência sexual e desintegração familiar, evidenciando que as mulheres negras e indígenas não vivenciaram e vivenciam o patriarcado e o racismo como estruturas separadas, mas como forças simultâneas que moldaram suas experiências.

A interseccionalidade, portanto, torna-se um conceito fundamental, pois revela como essas opressões interligadas requerem uma resposta igualmente integrada. Davis argumenta que qualquer movimento que busque justiça social deve abordar a complexidade dessas intersecções. Somente através de uma abordagem interseccional é possível construir alianças que respeitem e centralizem as experiências das mulheres negras, garantindo que a luta contra o sexismo e o racismo não perpetue a exploração de classe ou outras formas de opressão (Davis, 2016).

A convergência dessas lutas se torna mais robusta e eficaz, permitindo que se alcance o mesmo objetivo de conquista: a justiça social e a igualdade. Como destaca Antônio Bispo enfatizando a importância de uma abordagem coletiva e inclusiva em busca de transformação social:

Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Bispo dos Santos, 2023, p. 15).

A luta interseccional, encontra uma expressão poderosa na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, na qual vozes historicamente silenciadas se reúnem para reivindicar direitos e reconhecimento. Um evento marcante, criado durante a plenária das mulheres no Acampamento Terra Livre (ATL), em abril de 2019, que reuniu cerca de 2 mil mulheres de diversos povos de todo o Brasil. Com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, a marcha teve como objetivo:

[...]dar visibilidade às ações das mulheres indígenas discutindo questões inerentes às suas diversas realidades, reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito (Milano, 2019, p. 1).

Durante o encontro, as participantes puderam reconhecer e fortalecer seus protagonismos na defesa de seus direitos, enfatizando a importância do cuidado com o território, o corpo e o espírito, levando líderes de todas as regiões do país a mobilizarem esforços para a captação de recursos necessários. O marco da Marcha ecoou na poesia de Eva Potiguara a imensidão que captura a essência desse marco transformador, fortalecido em uma base de linhagem ancestral tecida pelos atos revolucionários de mulheres indígenas como Tuíra Kaiapó, Zenilda Sateré-Mawé, Deolinda Prado, Sônia Guajajara, e a própria Eliane Potiguara que, entre os séculos XX e XXI, já vislumbrava a “multiplicação de organizações de mulheres indígenas” (Potiguara, 2018, p. 50).

As imagens evocativas revelam a energia vibrante e a união das participantes, simbolizando a resistência e a luta contínua. Assim como a marcha enfatizou o cuidado com a Mãe Terra e o fortalecimento dos protagonismos femininos, a poema homônimo “Marcha das mulheres indígenas”, de Eva Potiguara, reflete também a importância da comunhão ancestral entre mães, filhas e netas.

### **Marcha das mulheres indígenas**

Hoje sou multidão,  
Ecos de clamores,  
Desejos em marcha,  
Corações em tambores.  
Mãos desatadas,  
Flechas no ar.  
Das aldeias e cidades,  
Guerreiras vorazes,  
Nuvem de formigas.  
Mães, filhas e netas em comunhão,  
Aprendendo a voar.  
Milhares de asas  
Abertas na imensidão!  
(Potiguara, 2022, p. 67)



No poema “Marcha das mulheres indígenas”, Eva Potiguara nos apresenta uma poderosa imagem de coletividade e resistência, enraizada na conexão ancestral e intergeracional. A voz lírica afirma-se como “multidão”, uma metáfora que simboliza a união das mulheres indígenas, fortalecendo-se mutuamente em sua luta por direitos e visibilidade. Essa coletividade reflete a confluência apontada por Antônio Bispo. As vozes individuais, ao se juntarem, criam um movimento transformador e robusto, sem perder suas singularidades. Assim como um rio que, ao confluir com outros, se torna mais potente e abrangente, a união das experiências e identidades das mulheres na marcha gera uma energia transformadora na sororidade. Potiguara reflete essa dinâmica ao destacar a intergeracionalidade e a comunhão entre mães, filhas e netas, mostrando que cada uma traz suas próprias histórias, mas juntas formam um rio de resistência.

O poema constrói sua narrativa com metáforas vibrantes, como “corações em tambores” e “flechas no ar”, que simbolizam a energia pulsante da luta das mulheres indígenas. Esses elementos não apenas representam a força física e espiritual dessas mulheres, mas também as conectam intimamente à Mãe Terra e à sua cultura. A conexão entre os elementos naturais e as emoções humanas reforça a ideia de que a resistência das mulheres indígenas está intrinsecamente ligada à preservação de suas identidades e tradições. A resistência é apresentada como um ato cíclico e natural, com imagens como “nuvem de formigas” e “milhares de asas abertas na imensidão”, que evocam a coletividade e a liberdade, desafiando as estruturas coloniais e patriarcais que historicamente tentaram silenciar essas vozes.

Além de celebrar a presença das mulheres indígenas em espaços urbanos e políticos, o poema denuncia as desigualdades enfrentadas por elas. Sua poesia transforma a luta por direitos em um movimento decolonial e emancipatório, onde a preservação das identidades é tão crucial quanto a busca por justiça social. Potiguara, assim como a Marcha, revela a crítica decolonial ao abrir fissuras na colonialidade, ressaltando o protagonismo das mulheres indígenas na defesa de seus territórios, corpos e culturas (Castilho, 2021, p. 330). Dessa forma, a autora reafirma que a luta por direitos é também uma luta pela preservação da vida em todas as suas formas, uma luta coletiva por liberdade e continuidade.

A voz poética de Eva Potiguara continua sua trajetória de resistência e subversão no poema “Versos Insubmissos”, no qual a palavra emerge como um poderoso ato de libertação.

### **Versos Insubmissos**

O silêncio do opressor  
Usa máscaras...  
A dor comeu meu silêncio,



Agora sou desmascarada!  
Sou a voz do vento no mato,  
Das feras e das águas.  
Meu canto é fogo,  
Que secou toda a lágrima  
Em versos insubmissos  
E alforriados.  
(Potiguara, 2022, p. 61)

Nesse poema, a voz lírica transcende o silêncio, reivindicando sua posição como voz insurgente, conectada aos elementos da natureza. O “silêncio do opressor” descrito como mascarado revela o caráter dissimulado das estruturas de dominação colonial e patriarcal, que não apenas impõem o silêncio, mas também mascaram suas próprias violências. No entanto, a voz poética não se submete; ao contrário, transforma a dor em força, marcando uma transição crucial. Quando a voz lírica afirma que “a dor comeu meu silêncio” e se declara “desmascarada”, ela se posiciona como uma agente de resistência ativa, quebrando o ciclo de silenciamento.

Essa transformação é ancorada na conexão da voz lírica com a natureza. A voz que ecoa no “vento no mato”, nas “feras” e nas “águas” simboliza o vínculo intrínseco das mulheres indígenas com o ambiente, uma relação sagrada e ancestral que está no cerne de sua luta por território e preservação cultural. Potiguara utiliza esses elementos naturais para representar a força coletiva das mulheres indígenas, mostrando que suas vozes não estão isoladas, mas enraizadas em uma ancestralidade viva e pulsante. O “vento no mato” é tanto testemunha quanto cúmplice dessa resistência, enquanto as “feras” e “águas” evocam imagens de força e resiliência.

A metáfora do “canto como fogo” reforça o poder purificador e transformador da palavra poética. Os “versos insubmissos” e “alforriados” representam essa libertação, não apenas das estruturas opressoras, mas também da dor e do apagamento. Aqui, a poesia assume um papel político enquanto ferramenta de resistência e de recuperação de vozes historicamente marginalizadas. Subvertendo o poder opressor ao transformar a literatura em um espaço de reivindicação e de fortalecimento identitário.

Esse poema também dialoga com a ideia de escrita que se transforma em um ato de sobrevivência. Ao desmascarar as estruturas opressoras, ela convida o(a) leitor(a) a refletir sobre o papel da memória e da ancestralidade na construção de uma sociedade mais justa, cujas vozes indígenas possam ser ouvidas e celebradas. Dessa forma, o poema não apenas revisita, mas também reconstrói, reafirmando a literatura enquanto território de resistência e emancipação.

A trajetória poética de Eva Potiguara se desenha como um poderoso campo de resistência e ressignificação, onde a corporeidade indígena se torna um território

simbólico e político, marcado pela intersecção entre opressão e resistência. No poema “Corporeidade”, Potiguara revela como o corpo, espaço histórico e ancestral, carrega em si as cicatrizes do colonialismo e, ao mesmo tempo, a força para desafiar as narrativas coloniais.

### **Corporeidade**

A minha escrita  
Eu uso para dizer o que me cala.

A minha pele  
É um mapa de histórias colonizadas.

As minhas memórias  
São rios que teimam cobrir abismos.

As minhas vozes  
Desejam acordar ladrões de sonhos.  
(Potiguara, 2022, p. 73)

No poema, Eva Potiguara propõe uma reflexão profunda sobre o corpo indígena como um território de luta e ressignificação, abordando o impacto do colonialismo sobre as populações originárias e suas manifestações culturais. O corpo, para a autora, é um espaço de resistência no qual se entrelaçam as memórias de sofrimento e da opressão com a força da ancestralidade e da luta. A escolha do corpo como cenário principal é significativa, pois remete à experiência histórica dos povos indígenas, que sempre foram silenciados, objetificados e violentados pela imposição de normas e valores coloniais. Nesse sentido, a autora resgata a corporeidade indígena como uma forma de resistir, de afirmar a identidade e de reafirmar a autonomia dos povos originários.

O poema também se conecta de forma intensa à memória ancestral, que é um elemento central na obra de Eva Potiguara. O corpo, descrito como um “mapa de histórias colonizadas”, não se limita a ser uma representação do sofrimento, mas se torna um repositório das sabedorias e das histórias não contadas dos povos indígenas. Ele carrega, além das cicatrizes da opressão colonial, os conhecimentos e as tradições que resistiram ao tempo e à violência do processo colonizador. Assim, o corpo não é apenas um lugar de marcas e feridas, mas também um espaço de resistência e preservação da identidade.

Ao explorar a corporeidade como um espaço de resistência, Potiguara amplia as possibilidades de leitura do corpo enquanto um campo simbólico de transformação e emancipação. O corpo é o suporte das dores históricas, bem como é a plataforma a partir da qual a autora reivindica sua autonomia e a do seu povo. O corpo, portanto, ultrapassa o modelo de testemunho passivo da violência, torna-se um agente ativo de ressignificação.



De acordo com Eva Potiguara (2023, p. 78), a escrita e artes indígenas “expressam os nossos corpos territórios, se diluem em nossas produções poéticas, artesanais, estéticas e científicas, pois tudo em nós fala e grita por direitos negados e perdas seculares”. Por meio da escrita, ela transforma as marcas do colonialismo em uma ferramenta de memória e afirmação de identidade, desafiando as narrativas coloniais que tentaram apagar a história e a cultura indígena.

O poema revela o desejo de Potiguara de despertar as consciências sobre as injustiças e a violência histórica que afetaram os povos indígenas. A expressão das “vozes” que “desejam acordar ladrões de sonhos” sugere uma ação ativa contra os opressores que, ao longo do tempo, tentaram roubar os sonhos e as perspectivas de futuro dos povos originários. Nesse sentido, a escrita e o corpo tornam-se símbolos de resistência e, também, de reconquista, permitindo aos povos indígenas recuperarem seu direito de sonhar e de construir um futuro no qual suas identidades e histórias sejam plenamente reconhecidas e valorizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a luta das mulheres indígenas por meio da literatura, observa-se que sua produção poética se tornou um instrumento de resistência e ressignificação cultural fundamental. Historicamente, essas mulheres têm enfrentado múltiplas opressões — de gênero, raça e classe —, intensificadas por políticas coloniais e patriarcais que buscaram aniquilar suas identidades e culturas. Apesar disso, o protagonismo das mulheres indígenas, especialmente em movimentos literários e sociais, tem evidenciado a complexidade de suas demandas, que ultrapassam as questões de gênero para abarcar a defesa de seus territórios, corpos e modos de vida.

Como argumentam teorias decoloniais, o feminismo só pode se mostrar à altura dos desafios atuais ao integrar lutas antirracistas, anticoloniais e ambientalistas. Nesse sentido, a literatura de Eva Potiguara, ao abordar temas como ancestralidade, corporeidade e território, posiciona-se como uma poderosa ferramenta na luta por visibilidade e reconhecimento das especificidades das mulheres indígenas.

O movimento das mulheres indígenas no Brasil, que vem se consolidando desde os anos 1980, não apenas reivindica direitos específicos das mulheres, mas também luta contra a opressão territorial e cultural que afeta suas comunidades. Por meio de marchas e assembleias nacionais, essas mulheres têm reforçado a importância de suas vozes no cenário político e cultural, reivindicando o direito à existência enquanto povos originários. Eva Potiguara (2023, p. 83) defende o empoderamento feminino que deve implicar “mudanças reais, às vezes dolorosas, que pedem o desapego do ego, da vaidade

pelo poder, do individualismo, dos interesses materiais, em troca de nosso fortalecimento ético, humano social, afetivo e voraz perante os nossos verdadeiros alçozes: fascismo, racismo, machismo, entre outras ramificações patriarcais.”

Para compreender e apoiar essas demandas, é essencial um exercício de escuta ativa e alteridade, reconhecendo que as lutas das mulheres indígenas estão intrinsecamente ligadas à preservação de seus territórios e biomas. A literatura, nesse contexto, é não apenas um espaço de expressão, mas também de resistência e de construção de um futuro em que a vida e a dignidade dos povos indígenas sejam plenamente respeitadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Inês de, QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, FAE/UFMG, 2004.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.
- CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de, GUIMARÃES, Sílvia. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n.48, p.319 -353, jan./abr. 2021.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: N-1 edições, 2021.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- MILANO, Leonardo. Vem aí a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas. **Jornalistas Livres, Brasília**, p. 1, 09 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vem-ai-a-primeira-marcha-das-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. Ler para sublimar. In: POTIGUARA, Eva. **Abyayala Membyra Nhe'engara: Cânticos de uma filha da terra**. 1. ed. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

PANKARARU, Elisa. Feminismo indígena: estudo e ancestralidade. Entrevista concedida à Rosa Sampaio. **Sabiá: plantando mais vida para um mundo melhor**. 21 de abril de 2023. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2023/04/21/feminismo-indigena-estudo-e-ancestralidade/>. Acesso em 10 jul. 2025.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

POTIGUARA, Eliane. Prefácio. In: POTIGUARA, Eva. **Abyayala Membyra Nhe'engara: Cânticos de uma filha da terra**. 1. ed. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

POTIGUARA, Eva. **Abyayala Membyra Nhe'engara: Cânticos de uma filha da terra**. 1. ed. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

POTIGUARA, Eva. O que é uma mulher empoderada? In: KAYAPÓ, Aline Ngenhatabare Kaxiriana Lopes, PAYAYÁ, Jamille da Silva Lima, TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro Schubert (Orgs). **WAYRAKUNA Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. Coleção Retomadas. CEAI, UEPG, PROEX, 2023. p. 74-83.

POTIGUARA, Eva. Uma expedição decolonial em Portugal. **Potiguar Notícias**. 2024. Disponível em: <https://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/5702/uma-expedicao-decolonial-em-portugal>. Acesso em 10 jul. 2025.

POTIGUARA, Eva, RATTON, Vanessa (Orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. 1. ed. Guarujá, SP: Amare, 2022.

POTIGUARA, Eva, WAPICHANA, Jam. Eva Potiguara, Jama Wapichana e a literatura das mulheres indígenas. Entrevista concedida a Marcos Cólón. **Amazônia Latitude**, 2023. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/09/12/mulherio-das-letras-indigenas/>. Acesso em: 30 out. 2024.

SACCHI, Angela C. Mulheres Indígenas e Organização Política: união, luta, força e resistência. **Revista Antropológicas**, no 26, 33(2), 164-194, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZEA, Tarcila Rivera. **El andar de las mujeres indígenas**. Lima: Chirapaq Centro de Culturas Índia, 1999.